

Os vigilantes em tempos de coronavírus e aposentadoria especial é o tema da próxima live de Chico Vigilante

Nesta sexta-feira, teremos um programa imperdível. A partir das 17h, nos meus perfis oficiais no Facebook no YouTube, vamos debater a situação dos vigilantes em tempos de coronavírus e as aposentadorias especiais.

Meus convidados serão os companheiros Paulo Quadros, presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal; José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos

Vigilantes (CNTV); e o ex-deputado federal Ricardo Berzoini.

Um tema importantíssimo para toda a categoria dos vigilantes no Brasil.

Marque na sua agenda, ajuste o celular para avisar, convide seus amigos e participe.

[Facebook.com/ChicoVigilanteOficial](https://www.facebook.com/ChicoVigilanteOficial)

[YouTube.com/DepChicoVigilante](https://www.youtube.com/DepChicoVigilante)



AO VIVO
▶ CHICO VIGILANTE

22/ MAIO
SEXTA ÀS
17H

DEBATE:
**VIGILANTES EM TEMPO
DE CORONAVIRUS E
APOSENTADORIA
ESPECIAL**

JOSE BOAVENTURA
PRESIDENTE DA CNTV

PAULO QUADROS
PRESIDENTE DO SINDICATO DE
VIGILANTES DO DF

RICARDO BERZOINI
EX-DEPUTADO FEDERAL

CHICO VIGILANTE
DEPUTADO DISTRICTAL

**ACOMPANHE
NO FACEBOOK
/CHICOVIGILANTEOFICIAL
E YOUTUBE
/DEPCHICOVIGILANTE**

[Facebook.com/ChicoVigilanteOficial](https://www.facebook.com/ChicoVigilanteOficial)

[YouTube.com/DepChicoVigilante](https://www.youtube.com/DepChicoVigilante)

Sindicado amplia dias e horários de homologações



Entendendo a necessidade dos trabalhadores durante a pandemia de COVID-19, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri decidiu ampliar os dias e horário de atendimento para homologações.

O serviço, que era realizado apenas às quintas-feiras, agora será feito de segunda à sexta-feira, das 9 às 13 horas enquanto durar a

quarentena.

As empresas que precisarem agendar homologações deverão entrar em contato pelo e-mail secretaria@vigilantesbarueri.com.br.

Para se ater às determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS), os atendimentos serão realizados com um trabalhador por vez a cada 30 minutos.

Os vigilantes também só poderão adentrar a sede do sindicato com máscara ou os equipamentos recomendados pelas autoridades médicas.

O Sindicato dos Vigilantes de Barueri está localizado na rua Claro de Camargo Sobrinho, 358 – Vila Pouso Alegre – Barueri/SP. Para outras informações os telefones de contato são (11) 4706-1211 e 41634138.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE BARUERI

NOTA DE PESAR



A Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV se solidariza com os amigos e familiares do companheiro Manoel Barros Vilar pelo seu falecimento nesta quinta-feira, dia 21/05, vítima da COVID.

Manoel, batalhador, sempre esteve ao lado da luta dos vigilantes do Brasil e nos dias de hoje, onde os vigilantes estão na linha de frente desta guerra contra esta terrível pandemia que assolou o mundo inteiro, gostaríamos de deixar o nosso reconhecimento.

Queremos com carinho todo especial, abraçar os dirigentes alagoanos por tamanha perda.

Deus console a todos vocês.

Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV



A VOZ DOS VIGILANTES



BOLETIM DIGITAL DO SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS

Filiado à CUT - CNTV/PS - FIVABS - DIEESE

Facebook: Sindvigilantes Alagoas Twitter: @Sindvigilantes Instagram: @sindvigilantesal (082) 9 8207- 8257

NOTA DE FALECIMENTO

Nota de pesar pelo falecimento do Diretor Manoel Barros Vilar



É com profundo sentimento de pesar que o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas comunica o falecimento do seu Diretor Administrativo **Manoel Barros Vilar**, vítima da COVID-19. Manoel estava internado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) há 05 dias, vindo a falecer nesta quinta-feira (21).

Nosso companheiro completaria 70 anos no mês de julho. Ele era funcionário da empresa Securpro e trabalhou também na Nordeste Segurança. Manoel Barros iniciou sua história na luta sindical no ano de 1988, sendo um dos fundadores do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas.

Agradecemos a Deus o tempo que pudemos conviver com nosso amigo, que será sempre lembrado por sua coragem e dedicação no cumprimento do dever e pela lealdade a todos aqueles com quem conviveu durante a sua jornada nesta terra.

Esta entidade sindical e toda categoria dos vigilantes está de LUTO pelo falecimento do colega e companheiro de muitas lutas. Deixamos nossas mais sinceras condolências à família e amigos por esta inestimável perda e pedimos que Deus o reserve um bom lugar.

São os votos do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas

NITERÓI/RJ



A Voz do Vigilante é um programa de realização do Sindicato dos Vigilantes de Niterói/RJ. Tratando de assuntos de interesse da categoria, no dia 26 de maio, o programa discutirá os andamentos da Campanha Salarial 2020.

Assista pelo facebook: sindicatosvnit

facebook: sindicatosvnit

NOTA

Diretoria do Sindicato constata irregularidades em Loja da Leroy Merlim



Diretoria do Sindicato Svnit visita postos de serviço na base territorial do Sindicato.

O diretor do Sindicato Adilson Oliveira, esteve visitando alguns postos de serviço hoje em Niterói e chegando a Leroy Merlin detectou que um vigilante da empresa Solidez estava na entrada da loja aferindo a temperatura dos clientes da loja.

O diretor Adilson procurou a gerência da Leroy Merlin e cobrou mais respeito com os Vigilantes e comunicou que o Vigilante não poderia está exercendo essa função, porque o Vigilante faz segurança e a responsabilidade de realizar

essa função é da Leroy Merlin. Imediatamente o Vigilante foi substituído por um funcionário da loja voltando para o seu serviço que é fazer Segurança.

Total falta de respeito da Leroy Merlin e da Solidez com o trabalhador, vamos voltar novamente no posto de serviço para acompanhar de perto.

Mais uma vez a direção do Sindicato Svnit está na luta em defesa da nossa categoria contra essas e outras irregularidades.

A direção do Sindicato Svnit.

Projeto que cria regime jurídico especial durante pandemia vai a sanção



O substitutivo que havia sido aprovado na Câmara foi rejeitado pelo Senado; Simone Tebet foi relatora da matéria Waldemir Barreto/Agência Senado

Em sessão remota nesta terça-feira (19), o Plenário do Senado rejeitou o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL1.179/2020, projeto de lei que cria um regime jurídico especial, com regras transitórias, para vigorar durante a pandemia de covid-19. A matéria havia sido aprovada no Senado no mês de abril e, em seguida, enviada à Câmara dos Deputados. Modificado na Câmara, o texto retornou ao Senado como um substitutivo, para mais uma votação. Como o substitutivo foi rejeitado, o projeto do Senado agora segue para sanção da Presidência da República.

De acordo com o autor, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), o projeto visa atenuar as consequências socioeconômicas da pandemia, de modo a preservar contratos, suspender determinados prazos e evitar uma judicialização

em massa de processos. Questões tributárias, administrativas, de natureza falimentar ou de recuperação empresarial não foram incluídas, e serão tratadas por outros projetos em tramitação no Congresso Nacional.

O texto cria regras transitórias que, em certos casos, suspendem temporariamente algumas exigências legais. Prevê, por exemplo, que não se concederá liminar para desocupação de imóvel urbano nas ações de despejo ajuizadas até 30 de outubro de 2020, desde que as ações tenham sido iniciadas a partir de 20 de março. Também suspende até a mesma data o prazo de prescrição de processos em trâmite na Justiça, assim como os prazos de aquisição de propriedade mobiliária ou imobiliária por meio de usucapião.

Fonte: Agência Senado

Dieese defende transformar auxílio emergencial em renda básica de cidadania

Crescimento do número de domicílios sem renda do trabalho indica a necessidade de ampliação do auxílio para conter os impactos econômicos da pandemia



Última parcela do auxílio será paga em junho, mas impactos econômicos da pandemia serão muito mais duradouros

O Brasil registrou nesta terça-feira (19) 1.179 mortes em 24 horas decorrentes da pandemia de coronavírus. O número recorde indica que a doença segue se alastrando. Porém, ainda mais duradouros serão os seus impactos econômicos, segundo o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior. Ele alerta que o auxílio emergencial expira em junho, justamente quando o país deverá estar no pico de mortos e contaminados.

“Precisamos abrir esse debate, deixando muito claro que a pandemia não vai passar tão rápido. E que a crise econômica que vem com ela terá consequências tão graves como a própria questão sanitária. É fundamental que o auxílio emergencial caminhe para se tornar uma renda básica de cidadania”, defendeu Fausto em entrevista a Glauco Faria, para o Jornal Brasil Atual, nesta quarta (20).

Ele comentou levantamento realizado pela

consultoria IDados, a pedido do jornal Valor Econômico, que mostra que o total de domicílios sem renda do trabalho cresceu em 1 milhão de unidades, no primeiro trimestre, aumento de 6,5% em relação ao último trimestre de 2019.

O período da pesquisa contemplou apenas o começo dos efeitos da pandemia. “Já estamos há dois meses do período abordado, o que significa que a quantidade de domicílios sem renda do trabalho deve estar se ampliando.” Parte significativa dessa redução do número de domicílios com renda do trabalho se deve aos impactos da pandemia na economia informal.

Moradia

Outro levantamento divulgado pelo IBGE aponta a existência no país de mais de 5,1 milhões de domicílios em condições precárias. São residências com padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação.

Esse número revela, segundo Fausto, o quão difícil é para essa parcela da população manter o isolamento social como medida para tentar conter o avanço da pandemia. Além da falta de água, luz e esgoto, muitas dessas regiões não podem contar serviços de entrega. Sem o título de propriedade das residências, as pessoas também têm dificuldade para ter acesso a crédito nos bancos.

Fonte: RBA

Câmara aprova projeto que suspende parte das perícias do INSS durante pandemia



Fred Costa: objetivo é preservar a saúde de pessoas sujeitas a formas graves da Covid-19

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (20), em sessão virtual, o texto-base do Projeto de Lei 2048/20, do deputado Ricardo Izar (PP-SP), que suspende durante a pandemia de Covid-19 as convocações de pessoas diagnosticadas com as doenças de Alzheimer ou de Parkinson e outras para perícias relativas ao auxílio-doença da Previdência Social. O texto vai agora ao Senado.

Foi aprovado o substitutivo apresentado pelo relator, deputado Fred Costa (Patriota-MG). Ele incluiu no texto as doenças crônicas progressivas degenerativas e as que reduzem a imunidade. “Se a recomendação é de que todas as pessoas permaneçam em casa tanto quanto possível, esse apelo é ainda mais enfático nesses casos”, disse.

Costa ampliou o rol de favorecidos pela suspensão, incluindo aposentados por

incapacidade permanente e pensionistas diagnosticados com as enfermidades, e facilitou a prorrogação do auxílio-doença. “É preciso dar prioridade à saúde, especialmente das pessoas sujeitas a formas graves da Covid-19”, afirmou. “Penso que é o caso dos pacientes com fibromialgia.”

A Lei de Benefícios Previdenciários (Lei 8.213/91) prevê que, no caso do auxílio-doença e de outros benefícios da Previdência Social, poderá haver convocação pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para eventuais avaliações e perícias médicas. “A suspensão dessas convocações é necessária no momento atual”, disse Ricardo Izar, autor da proposta.

O projeto foi apresentado em conjunto com as deputadas Margarete Coelho (PP-PI) e Soraya Santos (PL-RJ).

Norma do INSS

Segundo o líder do governo, deputado Vitor Hugo (PSL-GO), o projeto é importante para não sobrecarregar pessoas com doenças degenerativas. Ele lembrou, porém, que o INSS editou ainda em março uma portaria com o mesmo teor. “Precisamos tentar resolver de maneira infralegal as questões possíveis, para não engessar o governo”, afirmou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Filas são registradas nas agências da Caixa e alertas de bancários se confirmam

Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal afirma que situação vai piorar com acúmulo de pagamentos de outros benefícios sociais pelo banco



Confirmando o que vem alertando a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), filas e aglomerações voltaram a se formar em agências do banco de diferentes locais do país, nesta quarta-feira (20). Somente nos três dias desta semana, o auxílio emergencial foi pago a 12 milhões de beneficiários. Segundo informa a direção da Caixa, desde que o benefício entrou em vigor, foram feitos 62,3 milhões de pagamentos e este

número pode até dobrar já que, de acordo com o Dataprev, foram processados 101,2 milhões de cadastros e a solicitação do benefício continua até o próximo dia 3.

“Este quantitativo de cadastramentos (101,2 milhões) corresponde à metade da população brasileira”, observa o presidente da Fenae, Sérgio Takemoto. “E o governo ainda insiste em manter o pagamento do auxílio centralizado na Caixa Econômica, colocando em alto risco

a saúde de milhões de pessoas e de 50 mil bancários à frente deste atendimento essencial à população”, acrescenta.

Nesta quarta-feira, o presidente do banco, Pedro Guimarães, admitiu que as mudanças no calendário de pagamento do auxílio emergencial só ocorreram depois de “críticas, quase unânimes, de que as filas estavam grandes”. À CNN Brasil, Guimarães disse esta semana que “é impossível você pagar milhões de pessoas em um dia”. Só ontem (20), conforme balanço divulgado pela Caixa, foram registrados 7,5 milhões de pagamentos.

Além de não descentralizar o pagamento do auxílio a outros bancos e instituições, o presidente da Fenaé destaca que a direção da Caixa, até o momento, não fez uma ampla e efetiva campanha de informação à sociedade. “Que esclareça, de forma clara e abrangente, os procedimentos para o cadastro e a concessão do auxílio emergencial e as datas de pagamento do benefício”, diz Takemoto. “É por isso que as pessoas acabam recorrendo às agências para o cadastramento ao auxílio, por exemplo (que só pode ser feito pela internet ou por aplicativo de celular), ou para situações que poderiam ser resolvidas por telefone. Equívocos claros do governo e que impossibilitam a solução definitiva dos problemas que estamos vendo desde o início de abril”, ressalta o dirigente.

Como observa Sérgio Takemoto, a situação ainda tende a piorar, uma vez que a Caixa — além do auxílio emergencial e de todos os outros benefícios sociais — também é responsável pelo pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda. Ele é destinado aos trabalhadores que tiveram redução de jornada e de salário ou suspensão temporária do contrato de trabalho em função da crise causada pela pandemia do

coronavírus, o que pode gerar um novo fluxo de aproximadamente 24 milhões de pessoas às agências do banco.

PAGAMENTOS E AGLOMERAÇÕES — Nesta quinta-feira (21), novos lotes do auxílio emergencial começaram a ser pagos pela Caixa. Os contemplados são trabalhadores recém aprovados que receberão a primeira parcela do benefício. Também está liberado o pagamento da segunda parcela para quem recebeu a primeira até 30 de abril.

Foi liberado o pagamento do auxílio a beneficiários que receberam a primeira parcela até o último dia 30, além da segunda parcela do auxílio para quem recebe o Bolsa Família. Os aprovados este mês para a primeira parcela do benefício também tiveram o pagamento autorizado.

Notícias divulgadas pela imprensa informam que filas e aglomerações foram registradas no Rio de Janeiro e em outros estados. Na avaliação do presidente da Fenaé, faltou planejamento por parte do governo e ações coordenadas em nível nacional.

“Fizemos diversas reivindicações à direção da Caixa e a outros órgãos do Executivo — inclusive, ao ex-ministro da Saúde, Nelson Teich — solicitando que medidas efetivas fossem tomadas em proteção à saúde das pessoas e dos bancários; principalmente, a descentralização do pagamento do auxílio emergencial e a realização de uma efetiva campanha de informação à sociedade”, pontua Takemoto.

Fonte: FENAE

Congresso precisa incluir melhora salarial e participação de sindicatos na MP 936



É preciso aprimorar a Medida Provisória (MP) nº 936, editada pelo governo de Jair Bolsonaro, que deve ser votada na semana que vem no Congresso Nacional, diz o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior.

A MP, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, autoriza a redução de jornadas e salários em 25%, 50% e 70% e também a suspensão dos contratos de trabalho durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

A recomposição das perdas salariais tem como base o teto do seguro-desemprego, que é de R\$ 1.813,03, e está atingindo o orçamento dos trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada. As perdas salariais podem ser de mais de 33%, como mostra a calculadora do Dieese.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator da proposta na Câmara, defende a ampliação da recomposição para até três salários mínimos, para trabalhadores que tenham os contratos de trabalho suspensos. O limite também incide na recomposição proporcional para aqueles que sofreram redução das jornadas. O salário mínimo atual é de R\$ 1.045,00, portanto, a base para a recomposição salarial seria R\$ 3.135,00.

A proposta enfrenta resistência do ministro da Economia, Paulo Guedes, que até agora não foi favorável a nenhuma medida para ajudar a classe trabalhadora durante a crise sanitária que agravou a crise econômica. Ele já fala,

inclusive, em reduzir para R\$ 200,00 o valor do auxílio emergencial estipulado em R\$ 600 pelo Congresso se a pandemia continuar em ritmo acelerado e as medidas restritivas para controlar a contaminação continuarem.

“É uma queda de braços com o Ministério da Economia, que vê qualquer iniciativa do tipo como aumento de gastos”, disse o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, em comentário na Rádio Brasil Atual nesta quinta-feira (21).

“A cabeça fiscalista do Paulo Guedes não mudou muito”, continuou o economista. “Ele acredita que é melhor dar dinheiro para os bancos do que colocar nas mãos da população”.

Outra alteração defendida pelo Dieese é a inclusão dos sindicatos nas negociações para trabalhadores que ganham até três salários mínimos. Para essa faixa salarial, a MP permite “negociação individual” entre patrões e empregados.

Os acordos individuais têm garantido basicamente os dispositivos da medida provisória, com capacidade de fiscalização e controle muito limitadas. No caso da participação dos sindicatos, uma das coisas que têm sido alcançadas é o aumento dessa taxa de reposição”, disse Fausto.

O diretor do Dieese defende também que os parlamentares aproveem a ampliação da duração do programa. A medida, editada em 1º de abril, tem validade de 90 dias. Mas, segundo Fausto, os impactos econômicos da pandemia devem se fazer sentir para além desse período. Sem essa extensão, haverá, já no próximo mês, uma explosão nas demissões.

Para o diretor do Dieese, a redução nas perdas salariais e a ampliação do programa são medidas importantes, não apenas para garantir a renda do trabalhador, mas para evitar alta no desemprego e o agravamento da situação econômica do país.

Fonte: CUT

Bolsonaro usa pandemia para ‘ensaiar’ nova reforma trabalhista, alerta Sakamoto

Ativista participou de debate ao vivo ao lado jornalista Ana Claudia Mielke, secretária-geral do FNDC, que destacou os ataques à liberdade de imprensa e manifestação promovidos pelo atual governo



Empresários pressionam para tornar permanente dispositivos trabalhistas criados durante a pandemia

As Medidas Provisórias (MPs) 927 e 936, editadas pelo presidente Jair Bolsonaro para regular as relações de trabalho durante a pandemia, são “balões de ensaio” para uma nova rodada de retirada de direitos, avalia o jornalista Leonardo Sakamoto. Em debate promovido pela Oxfam Brasil sobre os riscos para a democracia durante a pandemia, ele afirmou também que aliados do governo pressionam para que algumas medidas, aprovadas recentemente, se tornem permanentes.

Como exemplo, Sakamoto citou dispositivo previsto na MP 936 que permite a negociação individual entre patrões e empregados para decidir sobre redução de jornadas e salários, sem a participação dos sindicatos. A medida vale para trabalhadores que ganham até três salários mínimos.

“São balões de ensaio para uma nova reforma trabalhista, que retira direitos dos trabalhadores. Empresários estão pedindo para que essas medidas se tornem permanentes.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Ou seja, estão se utilizando de um momento de vulnerabilidade e crise social, quando os trabalhadores deveriam ser os primeiros a serem protegidos”, disse.

Ele também alertou para o crescimento do trabalho escravo, por conta da suspensão da atuação dos grupos de fiscalização. Mundialmente, o trabalho análogo à escravidão atinge 40 milhões de pessoas, produzindo lucro anual de cerca de US\$ 170 bilhões.

A saída, segundo Sakamoto, não é pressionar pelo retorno da fiscalização, neste momento, já que os auditores fiscais do trabalho poderia tanto serem contaminados como servirem de vetores de contaminação para populações vulneráveis.

“A saída é mais Estado, é mais governo. A saída é criar estruturas de proteção trabalhista para que essas pessoas não precisem cair em empregos bizarros. Não precisam ir atrás de propostas de emprego ‘esquisitas’. Ou seja, é proteger o trabalhador. É garantir recursos para que o trabalhador possa ficar em casa com tranquilidade”.

Ele afirmou ainda que as respostas dadas pelo governo, como o pagamento do auxílio emergencial, têm sido atrasadas e insuficientes. Também destacou que propostas como a tributação de heranças e grandes fortunas garantiriam recursos para socorrer os trabalhadores. “Mas quando alguém propõe, ouve-se o grito ‘comunista!’. Não é sensato.”

Fonte: RBA

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF